



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

1 de dezembro de 2020

Discurso proferido por Klaus-Heiner Lehne, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Apresentação do Relatório Anual do TCE relativo a 2019

Conselho da União Europeia (Assuntos Económicos e Financeiros)

1 de dezembro de 2020

Em caso de diferenças, faz fé o discurso proferido.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxemburgo

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

Exmo. Senhor Presidente,

Exmos. Senhores Ministros,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com prazer que vos falo nesta ocasião, na presença de Tony Murphy, Membro do TCE responsável pelo Relatório Anual.

Creio que nenhum de nós enfrentou antes um ano com tantos **desafios** como este. Mas, como sempre na história da nossa União Europeia, as **crises** conduzem a **avanços** e inovações que pensávamos impossíveis apenas alguns meses antes.

Embora apresente aqui hoje o Relatório Anual do Tribunal de Contas relativo ao ano passado, devemos ao mesmo tempo ter em mente as grandes decisões e os acordos que vão moldar as despesas e a gestão financeira da UE **para os próximos sete anos**: o novo orçamento de longo prazo da União, que inclui o fundo de recuperação "*Next Generation EU*".

Enquanto auditor externo independente da União Europeia, o Tribunal fez tudo o que estava ao seu alcance para **continuar a prestar um serviço de auditoria pública eficaz** na UE desde a eclosão da pandemia de COVID-19.

O que apurou o Tribunal?

Em termos de despesas, estimamos que a taxa de erro global se manteve **estável**, tendo passado de 2,6% em 2018 para 2,7% em 2019. Trata-se, primeiramente, de **boas notícias**. É evidente que esta estimativa global não reflete as diferenças consideráveis que existem entre os domínios de intervenção.

No domínio da **Competitividade**, estimamos um aumento da taxa de erro (**4%**), que diz respeito sobretudo ao reembolso de custos não elegíveis. Prosseguir a simplificação das regras complexas relativas aos custos de pessoal faz certamente parte da solução neste domínio, como temos vindo a afirmar há vários anos. Examinámos também as auditorias realizadas pela Comissão e pelos auditores externos que trabalham em nome desta e considerámo-las apenas parcialmente fiáveis, o que revela que continua a existir uma margem clara para progressos.

No domínio dos **Recursos Naturais**, constatámos melhorias que baixaram para **1,9%** o nível de erro estimado. É o caso, em especial, dos **pagamentos diretos**, que dizem principalmente respeito às

superfícies agrícolas declaradas. Para estes pagamentos, que representam a maior parte das despesas da rubrica (70%), o nível de erro mantém-se **muito abaixo do limiar de materialidade**. No entanto, **as medidas de mercado no âmbito do desenvolvimento rural, as pescas e a ação climática**, que representam os restantes 30% das despesas desta rubrica, continuam a ser afetadas por **erros materiais**. O nosso exame às auditorias de alguns organismos nacionais revelou igualmente que são ainda necessárias várias melhorias.

No domínio da **Administração**, **não encontramos qualquer erro material**, à semelhança dos últimos dois anos.

No domínio da **Coesão**, tendo em conta as correções efetuadas pelas autoridades dos Estados-Membros, estimamos que o nível de erro se situe em **4,4%**, que, embora inferior ao do ano anterior, é ainda significativo. Examinámos o trabalho de **18 autoridades nacionais de auditoria**, que desempenham um papel muito importante neste domínio no âmbito do quadro de garantia e controlo, **e mais uma vez encontramos erros que as autoridades não tinham detetado**. Se as autoridades nacionais e a Comissão conseguirem introduzir melhorias a este respeito nos próximos anos, poderíamos confiar mais no trabalho das autoridades de auditoria dos Estados-Membros e nos seus resultados, o que seria um passo decisivo para melhorar o sistema de controlo neste importante domínio. Mas esse momento ainda não chegou. Sei que a Comissão quer alcançar este objetivo, mas também precisamos de grandes esforços nos Estados-Membros para que se torne realidade.

Porque estou a dar tanta importância ao domínio da Coesão?

É muito simples: desde há vários anos que o Tribunal estabeleceu uma distinção entre as despesas que considera de **risco elevado**, nomeadamente o domínio da Coesão, e as que considera de risco reduzido. As despesas de risco elevado contêm erros materiais a uma taxa estimada de **4,9%** (2018: 4,5%).

O que aconteceu então em 2019? Apesar de algumas pequenas diferenças para melhor ou para pior aqui e ali, **não houve alterações fundamentais** nos domínios de intervenção subjacentes. Continuaram a verificar-se insuficiências nos **controles ex post**.

Mas a **proporção de despesas de risco elevado**, em especial na Coesão, **aumentou (53%)**. Não se trata de um problema em si mesmo – é bom e esperado que as despesas cresçam no domínio da Coesão. O que este aumento significa, no entanto, é que **a maioria da população de auditoria do Tribunal está agora afetada por um nível significativo de erros**. Em consequência, o Tribunal de Contas emitiu desta vez uma opinião desfavorável (ou seja, **adversa**) sobre as despesas no seu conjunto.

Esta opinião deve-se à **persistência de problemas estruturais** em alguns domínios e que têm de ser resolvidos. Precisamos de **regras claras e simples** para o conjunto das finanças da UE – tal como precisamos de **controlar eficazmente** a forma como o dinheiro é utilizado e se os resultados pretendidos são alcançados.

Mais importantes do que a nossa conclusão geral ou a estimativa global são a realidade no terreno e as nossas conclusões para os diferentes domínios de despesas, que se apresentam **muito diversas**. Convido, assim, o Conselho a analisar atentamente estes domínios.

"Este ano, publicámos também, pela primeira vez, um relatório sobre o desempenho global do orçamento da UE. Este relatório inovador faz parte da elaboração anual de relatórios e constitui, por isso, um contributo para o processo de quitação. O relatório mostra que, embora a comunicação de informações sobre o desempenho da UE continue a melhorar e esteja a tornar-se mais equilibrada, subsistem desafios. A qualidade das avaliações de desempenho da Comissão, bem como o desempenho propriamente dito dos programas de despesas da UE, são variáveis. Além disso, a União precisa de continuar a melhorar a fiabilidade das informações sobre o desempenho".

Exmo. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Dirijo-me a V. Exas. no contexto da elaboração do **próximo QFP**. Prevê-se que as despesas da UE quase dupliquem nos próximos anos. **Devemos, por isso, aprender com o passado** para criar o melhor sistema possível. A União deve poder fazer um balanço, no novo período de sete anos, do que funcionou bem no período anterior e do que funcionou menos bem.

Devemos, por isso, **proteger os interesses financeiros da União** contra irregularidades e fraudes. Em 2019, o Tribunal transmitiu ao OLAF nove casos de suspeitas de fraude detetados durante as auditorias. aguardo com expectativa uma cooperação igualmente estreita com a Procuradoria Europeia.

O próximo orçamento de longo prazo da UE, incluindo o plano de recuperação para a Europa, tem uma dimensão inteiramente nova e **coloca também grandes desafios ao Tribunal**, que necessitará de mais recursos ao seu dispor para poder verificar se estes fundos estão a ser utilizados de forma sustentável.

Devemos, além disso, aprender com a experiência anterior, lançando o novo período financeiro **o mais rapidamente possível**. Mas devemos também ter em mente que, até ao final de 2019, o penúltimo ano do atual orçamento de sete anos, apenas tinham sido pagos 40% do financiamento da UE acordado para o período total, tendo alguns Estados-Membros utilizado menos de um terço. A dificuldade em **absorver os fundos da UE** é uma questão permanente no terreno, quaisquer que sejam os objetivos ou requisitos

fixados a nível político. Contribuiu para inflacionar as autorizações por liquidar, que atingiram quase 300 mil milhões de euros no final de 2019 e que terão de ser tratadas no novo QFP.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No contexto de um novo quadro financeiro para os próximos sete anos, e em especial do fundo de recuperação "*Next Generation EU*", os Estados-Membros têm também uma enorme responsabilidade pela boa e sustentável gestão financeira da UE, no interesse dos cidadãos da União. O relatório deste ano, que hoje tive a oportunidade de vos apresentar, salienta a necessidade de **mais esforços** por parte de todos os envolvidos para utilizar da melhor forma os fundos europeus para moldar o futuro da Europa.

Muito obrigado pela vossa atenção.